

ATA
N.º 02/2025
SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Realizada em
30 de abril de 2025

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025:**

---Aos **trinta** dias do mês de **abril** do ano **dois mil e vinte e cinco**, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, em Esposende, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de Otilio da Silva Hipólito, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.--

---A reunião da presente sessão foi secretariada, após o ato de eleição da Mesa, pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Jaqueline Casado Afonso Areias e Baltazar Almeida da Costa.-----

---Para além dos membros da Mesa encontravam-se presentes os seguintes membros:-----

António José Pereira Morgado,
Virgínio Isidro Martins de Sá, em substituição de José Maria Losa Esteves,
Marta Margarida Silva de Carvalho Viana,
Sara Filipa Gonçalves Herdeiro,
José Manuel Cruz Silva,
Anabela Solinho Martins,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Sandra Patrícia de Sá Gomes,
Domingos José da Cruz Carvalho,
Francisco Manuel Guimarães de Melo,
Paulo Fernando Ferreira Teixeira,
Mariana Gonçalves Viana,
Ilídio Morais Rodrigues,
Manuel Marcelino Correia da Silva Cunha,
Maria Elisabete Rodrigues Martins, em substituição de Armando Luís Lopes Martins,
António Maria Miranda Neves,
Manuel Capitão Cerqueira, em substituição de Francisca Ferreira da Costa,
Manuel José Sampaio Viana,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
Eduardo Oliveira Maia,
Mário Pires de Boaventura,
Valdemar Mota de Faria,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
António Martins Neves, em substituição de Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães e
Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 20 horas e 40 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Artur Guilherme Lima Sousa Emílio, em representação desta, bem como dos Vereadores:

António Sérgio Moreira Mano,
Luís António Sequeira Peixoto,
Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa,

Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar, e
Joana Catarina Nóvoa Lima.-----

---Verificou-se a ausência da Senhora Deputada Municipal Joana Isabel Ramos da Cruz.-----

---Não compareceram inicialmente os Senhores Deputados Municipais Eduardo Oliveira Maia, que chegou pelas 20 horas e 45 minutos e Francisco Manuel Guimarães de Melo, tendo chegado pelas 20 horas e 55 minutos.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por saudar os Senhores membros da Assembleia Municipal, incluindo os Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes dos Conselhos de Administração das empresas municipais, as pessoas que estavam a prestar apoio à assembleia, bem como, o público em geral.

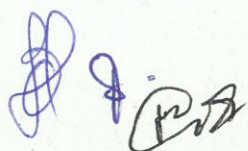
De seguida, informou que o Senhor Deputado do PS Tito Alfredo Evangelista e Sá, justificou a sua ausência e pediu a sua substituição pela Deputada Joana Isabel Ramos da Cruz, o Senhor Deputado José Maria Losa Esteves, também do PS, justificou a sua ausência e pediu a sua substituição pelo Deputado Virgínio Isidro Martins de Sá, o Senhor Deputado do PPD/PSD Armando Luís Lopes Martins, justificou a sua ausência e pediu a sua substituição pela Deputada Maria Elisabete Rodrigues Martins, a Senhora Deputada Francisca Ferreira da Costa, justificou a sua ausência e pediu a sua substituição pelo Deputado Manuel Capitão Cerqueira, e o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Esposende Marinhãs e Gandra, justificou a sua ausência e pediu a sua substituição pelo Tesoureiro António Martins Neves. Informou ainda o público presente que se poderia inscrever para intervenção no período destinado ao público, caso o pretendessem fazer.-----

Pediu depois permissão para proferir umas breves palavras sobre o 25 de abril, bem como também, sobre o Regimento Municipal de Esposende, nos seguintes termos:

“Como sabem o 25 de abril foi um momento de instauração da nossa democracia e da liberdade em Portugal.

O 25 de abril representou a queda de um regime autoritário, mas sobretudo, a afirmação de valores fundamentais tais como, a liberdade de expressão, a participação cívica e o estado de direito democrático. Abril, deu-nos não só uma nova Constituição, onde figuram as liberdades e os direitos conquistados, mas também permitiu um novo impulso para a democracia local e permitiu a afirmação enquanto povo livre e soberano. Mas a liberdade que conquistamos, implica também responsabilidade e respeito pelas regras que todos, em democracia, devemos cumprir. É justamente esse equilíbrio entre direitos e deveres que garante o bom funcionamento das nossas instituições e a confiança dos cidadãos, nelas.

Nesse sentido, quero aproveitar esta ocasião, para recordar e sublinhar um aspeto regimental importante, em sede de conferência de líderes debateu-se o facto ter sido publicado num meio de comunicação social local, uma fotografia captada no decurso da última sessão desta assembleia, realizada em fevereiro. Ora, de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal de Esposende, está expressamente proibida a captação de imagens, vídeos ou áudios, durante as sessões. Este normativo existe para proteger a dignidade dos trabalhos e garantir um espaço de debate sereno, respeitador e responsável. Assim, apelo ao cumprimento rigoroso do Regimento por todos os presentes, público e meios de comunicação social presentes, em nome do respeito pelas regras democráticas que nos regem e que são também elas uma herança do 25 de abril.



*A democracia constrói-se diariamente, não apenas nos grandes momentos da história, mas também nestes gestos quotidianos de respeito institucional.
Muito obrigado.*-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2025 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO .-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e sete de fevereiro de 2025 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2025.-----

Não participaram na votação os senhores deputados municipais Manuel Fernando Lima de Meira Torres, Maria Elisabete Rodrigues Martins e António Martins Neves, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 27 de fevereiro de 2025.-----

Não participaram igualmente na votação os senhores deputados municipais Francisco Manuel Guimarães de Melo e Eduardo Oliveira Maia, por não se encontrarem presentes na sessão, no momento da votação do presente assunto.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento mencionado que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, José Silva, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo referido:

*“Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia e restante mesa,
O Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta,
Colegas de bancada,
e um cumprimento especial ao público aqui presente.*

O Grupo Político do PSD tem três votos de pesar para apresentar:

1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PAPA FRANCISCO.-----

“Foi com profunda tristeza que, no passado dia 21 de abril, tomamos conhecimento da morte do Papa Francisco.

Nascido a 17 de dezembro de 1936, em Buenos Aires na Argentina, Jorge Mário Bergoglio, o seu nome de batismo, foi eleito Papa a 13 de março de 2013, tornando-se no primeiro Papa, jesuíta, oriundo da América do Sul.

Escolheu o nome de Francisco em homenagem a São Francisco de Assis. E detentor de um enorme carisma, o Papa Francisco acabou por fazer do seu Pontificado um marco na história da Igreja Católica e no Mundo.

Conhecido como o “Papa dos afetos”, Francisco, afirmou-se pela proximidade com que sempre se entregou às causas e às pessoas, assumindo-se como um acérrimo defensor da paz, da justiça social e dos mais vulneráveis.

Homem de diálogo e de consensos, construtor de pontes e figura ímpar pelas suas tomadas de posição, o Papa Francisco soube sempre usar a sua magistratura de influência para mediar conflitos e promover o amor e a compreensão entre as pessoas de todas as crenças e origens. Tendo-o feito, sempre, na defesa dos mais fracos e na promoção dos Direitos Humanos.

Pacifista e humanista, o seu Pontificado ficou marcado, pela sua humildade, pela sua simplicidade e pela marca indelével que deixou no mundo com sua mensagem de paz e justiça, mas também pela abertura da Igreja Católica mais conservadora, encarando com coragem os diversos temas fraturantes do passado histórico e da sociedade mais contemporânea.

O Papa Francisco foi assim, um homem determinado e de personalidade marcante que mostrou ao mundo que nos momentos mais difíceis “ninguém se salva sozinho.” Mostrava-nos o caminho e como alcançar a paz, e ensinou-nos que a “paz começa por acontecer no coração de cada um.”

E como nos disse nas Jornadas Mundiais da Juventude de Lisboa, numa mensagem que ficou para todo o sempre na memória de todos nós, para ele, “na Igreja há lugar para todos. Tal como somos. Todos, todos, todos.”

Em sua memória, os membros desta Assembleia Municipal, associam-se ao luto pela partida de tão bela personalidade e pela perda de alguém que, incansavelmente, soube sempre dar voz a todos aqueles que não têm voz.”-----

2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. MIGUEL BENTO MARTINS DA COSTA DE MACEDO E SILVA.-----

“Foi com profunda consternação que no passado dia 13 de março, recebemos a notícia do falecimento inesperado do Dr. Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva.

Natural de Braga, o Dr. Miguel Macedo construiu um percurso notável na política nacional, sendo uma referência no seio do Partido Social Democrata, tendo desempenhando funções de elevada responsabilidade ao longo de várias décadas.

Foi candidato à Câmara Municipal de Braga em 1993, vereador de 1993 a 1997 e deputado municipal em diversos mandatos.

Eleito pelo círculo de Braga, o Dr. Miguel Macedo foi deputado à Assembleia da República em diversas legislaturas, secretário de Estado da Juventude e Secretário de Estado da Justiça, líder parlamentar do PSD e, entre 2011 e 2014, Ministro da Administração Interna.

Para além do seu percurso governativo e parlamentar, o Dr. Miguel Macedo foi também advogado e, mais recentemente, comentador político, partilhando o seu conhecimento e experiência com a sociedade.

*Assim, neste momento de dor, os membros desta Assembleia Municipal associam-se à família e aos amigos de **Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva**, endereçando-lhes as mais sentidas condolências, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento.*

Mais propomos que esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família.”-----

3 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CELESTINO CUBELO MORAIS.-----

*“Foi com profunda tristeza que no passado dia 20 de abril, recebemos a notícia do falecimento de **Celestino Cubelo Moraes**, com 75 anos de idade.*

Natural da Freguesia de Fão, Celestino Cubelo Moraes, nasceu 25 de agosto de 1949, foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Fão com 27 ano de idade, onde se manteve no cargo ao longo de mais de quatro décadas.

Na Santa Casa da Misericórdia de Fão, construiu um percurso notável, tendo desempenhando funções de elevada responsabilidade ao longo de várias décadas no serviço à comunidade Fangeira.

Homem solidário, Celestino Cubelo Moraes foi um exemplo para a comunidade, e colocou, sempre, à frente dos interesses pessoais, o interesse social, tornando-se numa referência para todos os que trabalham no âmbito do voluntariado.

A seu espírito solidário fez com que não se limitasse a gerir apenas uma instituição.

Desenvolveu um trabalho notável na liderança da Santa Casa da Misericórdia de Fão, e com determinação, dotou a Instituição de um vasto rol de valências sociais: o hospital de Fão, o Lar São João de Deus, a Creche, o Jardim de Infância, o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário, são equipamentos/serviços que fazem o orgulho de uma instituição e de uma vila.

A nível cultural contribuiu para o restauro da igreja da Misericórdia e para a construção do núcleo museológico da Santa Casa de Fão.

Dois bons exemplos de defesa, preservação e divulgação do património concelhio.

A nível político, Celestino Cubelo Moraes contribuiu também, com o seu saber e a sua disponibilidade em prol da sociedade, tendo sido deputado da Assembleia Municipal de Esposende, eleito pelo Partido Social Democrata no atual mandato.

Celestino Cubelo Moraes será sempre lembrado pelo seu inestimável contributo ao serviço público e pelo impacto significativo que deixou na vida de tantos cidadãos do concelho.

A sua dedicação, competência e espírito de missão inspiraram todos os que tiveram o privilégio de o conhecer e trabalhar ao seu lado.

*Assim, neste momento de dor, os membros desta Assembleia Municipal associam-se à família e aos amigos de **Celestino Cubelo Moraes**, endereçando-lhes as mais sentidas condolências, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento.*

Mais propomos que esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família e à Santa Casa da Misericórdia de Fão.”-----



Interveio depois o Sr. Deputado Municipal, António José Morgado, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo feito a seguinte intervenção política:

***“Ex.mo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais
Senhores Presidentes de Junta
Publico presente,***

Como é habitual na Sessão de Abril desta Assembleia Municipal, início a minha intervenção evocando o simbolismo e a importância do 25 de Abril, data fundadora da Democracia, da Liberdade e da Igualdade em Portugal.

Falamos com frequência da liberdade que abril nos trouxe. Mas importa reconhecer, com sentido crítico e responsabilidade, que o verdadeiro propósito de abril ainda está por cumprir. Persistem sinais preocupantes de que nem todos compreenderam o que significa viver em Democracia, com Liberdade e com respeito pelo outro.

O 25 de Abril, para além do valor simbólico que todos reconhecemos e celebramos, trouxe-nos também a exigência de sermos cidadãos informados, educados e empenhados na defesa de princípios fundamentais. Entre esses princípios, está o combate firme aos populismos e aos excessos de quem distorce a liberdade em nome próprio, para fins que pouco ou nada têm a ver com o bem comum.

Refiro-me, concretamente, a quem no nosso concelho de Esposende, escudado atrás de pseudónimos, movimentos de ocasião ou perfis anónimos nas redes sociais, usa a liberdade conquistada em abril para atacar gratuitamente, sem rosto nem responsabilidade. Pessoas que, em vez de usarem a democracia para contribuir construtivamente para o debate público, preferem espalhar desinformação, rancor e críticas infundadas. Clamam por uma “mudança” que já aconteceu, ignorando factos e recusando ver o caminho que o concelho tem trilhado.

Infelizmente, este fenómeno tende a acentuar-se em determinados ciclos políticos. Estamos num ano particularmente sensível, e, como em anos anteriores, voltamos a assistir ao mesmo tipo de comportamentos: a política como instrumento de ambição pessoal, e não como serviço à comunidade. Tem sido assim nos últimos tempos em Esposende. E na verdade, tendo em conta o ano em que nos encontramos, e olhando para trás, é sempre assim de 4 em 4 anos!

Há quem, ciclicamente, queira fazer da política modo de vida. Mas, para lá chegar, escolhe métodos que em nada dignificam a democracia. Reuniões secretas, campanhas de insinuação, ataques ao carácter de quem foi legitimamente eleito. Tudo isto, em nome de uma liberdade que apregoam, mas não praticam.

É importante, por isso, recordar o espírito de abril: há 51 anos, conquistámos não só o direito à liberdade de expressão, mas também o dever de exercer essa liberdade com verdade, com justiça, com honradez e, sobretudo, com carácter.

A política exige coragem e frontalidade. Não basta dizer-se livre, é preciso sê-lo com dignidade, com rosto, com nome, com argumentos. A liberdade não pode ser desculpa para insultar, caluniar ou atacar os que trabalham diariamente pela causa pública.

Quem está na vida pública sabe que está sujeito ao escrutínio. É assim que deve ser. Mas esse escrutínio deve ser justo, assente em factos e no respeito pelas pessoas. E nunca deve ser confundido com campanhas de ódio ou de má-fé.

Infelizmente, em Esposende, temos assistido a sucessivos ataques dirigidos a figuras do PSD,



motivados não por divergências políticas legítimas, mas por interesses pessoais, por ressentimentos e por ambições frustradas. Pior ainda: muitas dessas críticas vêm de quem, até há pouco tempo, integrava os quadros do partido e defendia o oposto daquilo que hoje proclama.

Reitero: em política, não pode valer tudo. Não se pode aceitar que a mentira e o insulto sejam ferramentas de combate. É preciso dizer basta à desonestidade intelectual, à falta de lealdade e à manipulação dos factos.

A Liberdade e a Democracia não são apenas chavões que se repetem a cada 25 de abril de cada ano. A Liberdade e a Democracia, andam, sim de mãos dadas com a verdade e a personalidade. Exigem respeito, frontalidade e muita coragem.

Senhor Presidente,

Passando à política nacional, lamentamos profundamente que, por responsabilidade dos partidos da oposição, o país tenha sido lançado numa nova crise política, com eleições legislativas antecipadas.

E se há pouco falava do uso indevido daquilo que são os limites da liberdade de uns perante aquilo que é a liberdade dos outros no concelho de Esposende, também na política nacional, e somente um ano após ter sido eleito, o próprio primeiro-ministro foi, também ele, vítima da mentira e do ataque ao carácter, tendo visto o seu Governo de coligação cair em consequência disso, após ser votada contra uma Moção de confiança apresentada pelo próprio Governo.

O Primeiro-Ministro Luís Montenegro, legitimado nas urnas há apenas um ano, viu-se confrontado com a queda do Governo na sequência de uma moção de censura, baseada em argumentos falaciosos. Uma estratégia clara de sobrevivência política por parte dos seus adversários, alguns deles com escassa autoridade moral, tendo em conta os escândalos e investigações que envolvem os seus próprios líderes, como é o caso do PS e do CHEGA.

Felizmente o povo é sábio e saberá reconhecer que o Dr. Luis Montenegro é um homem íntegro, e nas urnas, saberá devolver ao país a serenidade de que precisa para que, de forma clara, o governo da AD possa, finalmente, governar sem o populismo e as ameaças constantes do radicalismo dos extremos e do PS que hoje todos conhecemos. Portugal precisa de paz, e precisa de um líder no seu governo que inspire confiança. Portugal precisa de continuar a credibilizar a governação como tem feito ao longo do último ano.

Precisamos, por isso, de um primeiro-ministro como o Dr. Luís Montenegro, capaz e que continue a honrar a palavra dada aos portugueses em 2024. É necessário que continue a olhar para os problemas das pessoas e do país, herdados da governação socialista, e, atuando como tem feito ao longo do último ano, consiga assim, melhorar a vida de todos nós.

Num ano, o Governo da AD cumpriu com aquilo que em 8 anos o PS foi incapaz de concretizar. Num ano, Luís Montenegro aumentou os salários prometidos às diversas classes profissionais e cumpriu com os pensionistas e reformados ao aumentar o complemento solidário para idosos garantindo, ainda, a gratuitidade de medicamentos para os mais velhos.

Um ano onde se decidiu sobre o novo aeroporto e se aprovou um orçamento de estado que, pela primeira vez na história da democracia em Portugal, não aumentou impostos, promovendo mesmo a sua baixa, com políticas fiscais atrativas e assentes no apoio aos jovens. O país precisa de estabilidade e de governação com responsabilidade. E é isso que Luís Montenegro tem vindo a garantir.

Senhor Presidente,



Falando agora sobre o concelho de Esposende, o Grupo Político do PSD congratula-se pelo trabalho desenvolvido pelo executivo municipal, liderado pelo Eng. Guilherme Emílio. Em apenas oito meses, tem sido evidente o seu compromisso com a palavra dada, a continuidade das boas políticas e uma nova energia colocada ao serviço do concelho.

De facto, o Eng.º Guilherme Emílio, ao longo dos últimos 8 meses, tem percorrido um caminho diferenciador, ao contrário daqueles que, por conveniência, teimam em não ver que, de facto, o concelho mudou. E mudou por várias razões.

Hoje, o nosso concelho é um território dinâmico, atrativo para viver e reconhecido pela sua elevada qualidade de vida, que se tornou um verdadeiro referencial para quem nos visita. Este cenário é o resultado de uma estratégia clara e bem estruturada, que tem sido mantida e executada com sucesso pelo atual Presidente da Câmara. Com base num plano de desenvolvimento integrado, a sua liderança tem garantido o legado da concretização de projetos transformadores, com impacto real e duradouro, que estão a moldar o presente e a preparar o futuro do nosso concelho.

Falo de projetos como o Parque da Cidade, a requalificação da ESHM, do Canal Intercetor, da requalificação e a construção dos Centros de Saúde de Apúlia e Esposende, a chegada do Ensino Superior, ou a requalificação do Largo Rodrigues Sampaio, do Arquivo e do Mercado Municipal, entre muitas outras obras executada por todo o concelho.

E por isso, desde que assumiu funções, o Sr. Presidente da Câmara, acompanhando o investimento feito nas obras estruturantes, tem mantido, também no apoio às freguesias, um ritmo de investimentos assinalável.

E nestes 2 meses passados sobre a última sessão desta Assembleia Municipal, mais uma vez foram muitas as decisões e as verbas transferidas e protocoladas para permitir às freguesias e às instituições do concelho, acederem a verbas que lhes garantem, também elas, cumprirem com os compromissos que assumiram coma as suas populações.

E por isso, Sr. Presidente,

Não restam dúvidas sobre o dinamismo e o crescimento do concelho. Um crescimento estruturado que, não só torna o concelho mais atrativo, como permite chegar a todas as freguesias, garantindo, assim a coesão entre todos.

O Relatório de Gestão de 2024, que hoje iremos discutir, comprova a eficácia da política seguida. Com uma taxa de execução da receita superior a 96% e da despesa acima dos 81%, e com uma execução do PPI de 72%, mesmo enfrentando os entraves burocráticos dos fundos do PRR, os resultados falam por si.

Certamente o Sr, Presidente na sua intervenção poderá falar mais em pormenor sobre o que tem sido feito, contudo, não posso deixar de referir a título de exemplo do que acabei de afirmar que, ainda no passado fim de semana, aquando da inauguração das obras do Estádio Horácio Queiros, em Forjães, tivemos um bom exemplo daquilo que tem sido a preocupação deste executivo: Apoiar as instituições para que, dessa forma todas as pessoas possam sentir que o dinheiro de todos nós é posto à disposição da comunidade. Não só através de investimentos no património edificado do Município, das Freguesias ou das instituições concelhias, mas também através dos serviços postos à disposição da população. Investimentos feitos para todos, sem exceção, porque os territórios fazem-se de pessoas e é para elas que o Município trabalha diariamente.

Para terminar Senhor Presidente, quero, ainda, felicitar a Câmara Municipal e em particular o Sr. Presidente da Câmara Guilherme Emílio, pela forma como encarou e reagiu ao apagão que se fez sentir na passada segunda Feira.

E sobre isso, gostava de questionar o Sr. Presidente da Câmara se nos pode fazer um balanço



daquilo que foi feito e de que forma a Câmara Municipal lidou com toda esta situação.

Senhor Presidente,

Concluo reafirmando o compromisso do PSD com os valores de abril, com a transparência democrática e com o desenvolvimento de Esposende e de Portugal. Continuaremos a trabalhar, com responsabilidade, para servir as pessoas, com verdade e com caráter. Muito obrigado.”-----

Interveio depois o Sr. Deputado Municipal, Domingos Carvalho, do Grupo Político do PS, tendo começado por apresentar 2 Recomendações, passando depois à sua intervenção política:

*“Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,
Equipa de apoio à Assembleia,
Publico aqui presente,
Meus senhores e minhas senhoras,*

Boa noite!

Hoje, volto a falar desse Homem Maravilhoso, que foi o Papa Francisco. Recordo novamente as suas palavras, quando se dirigiu aos jovens, nas Jornadas Mundiais da Juventude, realizadas em Portugal, no início do mês de agosto de 2023: “Levantem-se e façam acontecer coisas boas e belas”.

Que mensagem simples e clara!

*Neste contexto, e, em data de aniversário do Forjães Sport Clube, 58 anos, lembro o **Senhor Horácio de Queirós**, “Homem” próximo da juventude, e um dos Grandes Beneméritos de Forjães, como um excelente exemplo de alguém que fez acontecer coisas boas e belas na Freguesia de Forjães, ao doar os terrenos para a construção de um campo de futebol para os jovens da sua Freguesia. O nosso obrigado a tão belo gesto!*

O nosso obrigado a todos os dirigentes, que todos os dias, e, ao longo destes 58 anos, continuam, com muito sacrifício, a “Fazer Acontecer” coisas boas e belas para os nossos jovens no Estádio Horácio de Queirós, melhorando, ano após ano, as instalações desportivas. O nosso obrigado ao Município de Esposende por ajudar a “Fazer Acontecer” coisas boas e belas neste mesmo estádio, como foi o exemplo da inauguração, no passado sábado, dia 26 de abril, de mais um espaço desportivo, capaz de permitir o desenvolvimento de atividades desportivas mais inclusivas, como os exemplos dos projetos, “No futebol há balizas e não barreiras” e o “Walking Football”.

Por pensarmos assim, apresentamos uma RECOMENDAÇÃO ao Município de Esposende:

4 – RECOMENDAÇÃO “TRIBUTO AO SENHOR PROFESSOR MANUEL RIBEIRO”.---

*“Recordando o **Senhor Professor Manuel Ribeiro**, “Homem” genuíno, afável e generoso, como um excelente exemplo de alguém que fez acontecer coisas boas e belas no concelho de*

Esposende.

Considerando que tudo o que o Senhor Professor fez, através do andebol, junto da nossa juventude, durante uma década, em Esposende, foi fantástico;

Considerando que o seu exemplo de amor, coragem, determinação e entrega total aos jovens de Esposende, jamais deverá ser esquecido;

Considerando que toda a sua vida foi sacrificada em prol de um grande objetivo, o seu amor pela juventude, pelo desporto e pelo andebol;

Considerando que este “Homem Fantástico”, que fez acontecer coisas boas e belas em Esposende deve continuar a ser uma referência para todos nós e para a nossa juventude;

Recomendamos ao Município de Esposende que este ilustre Esposendense seja lembrado eternamente através de algum acontecimento desportivo, algum espaço com o seu espólio e as suas memórias, alguma rua, instalação desportiva, troféu desportivo, e outros, que memorizem o seu nome e o seu belo e sacrificado exemplo.”-----

Apresentamos outra RECOMENDAÇÃO ao Município de Esposende:

5 – RECOMENDAÇÃO “ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL À EMPRESA TÊXTIL ETFOR”.-----

*“Lembrando que os fundadores da **Empresa Têxtil ETFOR**, Lúcia Lages e Artur Correia, como um excelente exemplo de alguém que fez acontecer coisas boas e belas na área empresarial no Concelho de Esposende, particularmente na Freguesia de Forjães, ao criarem esta empresa, onde a inovação e a sustentabilidade têm andado de mão dada desde o dia 29 de setembro de 1988 (36 anos).*

Considerando o prestígio e a qualidade alcançados por esta Empresa Têxtil, sediada em Forjães e no Concelho de Esposende, que obteve recentemente (2022) o “Selo PME Sustentabilidade 2021”, atribuído pela Porto Business School (PBS) que identificou e premiou o mérito desta empresa têxtil de Forjães em assumir um compromisso com o desenvolvimento sustentável e pela adoção de práticas, ferramentas e metodologias alinhadas com este objetivo;

Considerando o prestígio e a qualidade alcançados por esta Empresa Têxtil, sediada em Forjães e no Concelho de Esposende, que obteve também recentemente o “Estatuto de PME Excelência 21”, atribuído pelo IAPMEI em parceria com o Turismo de Portugal e os principais bancos e o Sistema de Garantia Mútua;

Considerando o prestígio e a qualidade alcançados por esta Empresa Têxtil, sediada em Forjães e no Concelho de Esposende, que integrou o leque restrito de empresas distinguidas na categoria “Mais Exportação”;

Considerando que todo este prestígio e qualidade alcançados pela Empresa Têxtil ETFOR tem contribuído para o engrandecimento, valorização e projeção do Território de Esposende em todo Mundo;

Considerando o contributo social da Empresa Têxtil ETFOR, na qualidade de maior empregadora do concelho de Esposende e toda a sua disponibilidade, comprometimento e solidariedade com as Instituições Sociais, Religiosas e Desportivas de Forjães;

*Recomendamos ao Município de Esposende que tendo presente todas estas considerações, pense na atribuição da **MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL** a esta prestigiada Empresa, a entregar no dia do Município, corrigindo uma situação que já deveria ter sido realizada há muito tempo.”-----*

Seguindo o mesmo pensamento, insistimos na ideia que é urgente “Fazer Acontecer” “coisas” boas e belas no nosso Território, com impacto imediato e positivo no Bem-estar e na Qualidade de Vida das “nossas gentes”.

É urgente “Fazer Acontecer” coisas boas, simples e diferentes nas nossas 15 freguesias, pois acreditamos que o Bem-estar não está associado à oferta de “grandes coisas”, para turista ver, mas antes à oferta de “coisas bonitas e funcionais” nos nossos sítios e, associadas à nossa vida quotidiana, e por isso, com efeito positivo e imediato nos nossos comportamentos.

É urgente “Fazer Acontecer” o desenvolvimento do Concelho de Esposende de forma harmoniosa, onde nenhuma freguesia fique para trás e onde as nossas gentes estejam no centro das nossas prioridades.

É urgente “Fazer Acontecer” a valorização de todo o património religioso, desportivo, recreativo, social, gastronómico, artesanal, ambiental, cultural e arquitetónico de todas as nossas 15 freguesias.

Celebrar “Abril”, e estamos em data de aniversário da Revolução (51 anos), é “Fazer Acontecer” coisas boas e belas no nosso Concelho, capazes de melhorar a qualidade de vida de todos os que o habitam.

“No dia 30 de abril de 2024, faz hoje um ano, apresentava nesta Assembleia, um conjunto de ideias/ações que iam ao encontro do que acabo de dizer.

Partilho agora com a Assembleia alguns exemplos de gestão do Município, que tenho muita dificuldade em entender:

Foi boa ideia deixar a Escola Secundária Henrique Medina, com uma população de cerca de 1200 alunos, para segundas opções de investimento?

É boa ideia deixar as Praias de S. Bartolomeu do Mar, Belinho e Foz do Neiva, em completo abandono, no que diz respeito ao apoio a quem as frequenta?

Será boa gestão fazer empréstimos bancários, endividando o Município, para requalificar ruas, muitas delas em bom estado de conservação, só para melhorar a imagem turística do Concelho, quando conhecemos ruas nas nossas freguesias sem qualquer pavimento e em muito mau estado de conservação e sem qualquer passeio para as pessoas circularem em segurança? (O Dr. Tito Evangelista já fez uma declaração de voto relativamente a este assunto, na última Assembleia Municipal)

Será boa gestão ceder a título gratuito os autocarros, nos meses de verão, para apoio às pessoas que se queiram deslocar às praias, ou a eventos sociais, recreativos e culturais, e, taxar os transportes de apoios aos alunos que participam nas atividades dos Clubes de Desporto Escolar das Escolas do Concelho de Esposende, durante todo o ano letivo? Realço que enquanto Coordenador do Clube de Desporto Escolar da Escola Secundária Henrique Medina nunca a Câmara taxou qualquer deslocação e criou qualquer dificuldade no apoio à Escola.

Será boa gestão aplicar 319.591.33 euros na requalificação do antigo edifício da Junta de Freguesia de Forjães, situado em local muito reduzido, antigo baldio do lugar da Santa, “encravado” no meio de habitações, e sem qualquer possibilidade de criação de parque de estacionamento de apoio, e cedê-lo, a uma única Associação, quando há a possibilidade, porque a Junta de Freguesia e o Município de Esposende são donos de outros espaços, da construção de um edifício de raiz, capaz de albergar o Grupo, a quem foi prometida a cedência (“Palavra dada, palavra honrada”), e protocolar outras Associações que poderiam usufruir da mesma instalação. O antigo espaço onde foi construído indevidamente o edifício da antiga junta poderia ser reconvertido num espaço verde, dotando a freguesia de mais um

espaço atrativo.

E termino, colocando duas questões ao Senhor Presidente da Câmara:

A questão 1 tem a ver com a violência que as imagens mostraram do assalto em Esposende.

Tendo presente os graves incidentes ocorridos recentemente em Esposende, assalto à ourivesaria Chavães em pleno dia, pergunto ao Senhor Presidente, que medidas está a tomar o Município, no sentido de dar uma maior segurança aos cidadãos no nosso Concelho? Isto aconteceu em Esposende, mas qualquer dia, pode ser noutro local.

A questão 2 tem a ver com o “Apagão Geral”, ocorrido na 2ª feira, dia 28 de abril.

Justifico esta questão com o objetivo de se saber o que correu bem ou mal junto da população e “instituições críticas”, e fazerem-se as necessárias correções, no sentido de melhorarmos as nossas competências, em novos acontecimentos imprevisíveis.

Pergunto ao Senhor Presidente, como responsável máximo da Proteção Civil no Concelho, que avaliação faz da gestão local, realizada na área técnica e na área da comunicação e informação à população, na imprevisível e complexa situação, que foi o Apagão Geral” no nosso Pais e em Espanha?

Muito obrigado.”-----

Pelas 21 horas e 10 minutos, foi pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, proposto, prorrogar o Período de Antes da Ordem do Dia, por mais 30 minutos. Colocada a votação, foi aprovada por unanimidade.-----

Interveio de seguida o Sr. Deputado Municipal Independente, Marcelino Cunha, tendo começado por apresentar uma Recomendação, passando depois à sua intervenção política:

“Ex.mo Senhor Presidente da Mesa, Dr. Otilio Hipólito,
elementos da mesma,
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhores Presidentes de Junta,
Ex.mo Público,
Boa noite!

Começo por apresentar uma Recomendação que passo a ler:

6 – RECOMENDAÇÃO “LIGAÇÕES DAS OPERADORAS DE TELECOMUNICAÇÕES AOS CLIENTES POR VIA SUBTERRÂNEA”.-----

“Venho propor ao executivo a dispensa da maior atenção para a forma como é feita a ligação das operadoras de telecomunicações aos pontos de consumo/clientes.

Parece-me tempo de se fazer a passagem de cabos via subterrânea e acabar com a imagem de desordem dos cabos no ar, de postes velhos para postes novos, conforme se vê cada vez mais, bem ao jeito dos bairros de lata.

Proposto: Ligações das operadoras por via subterrânea.”-----

Passo agora à minha intervenção:

Começo por me referir a esta proximidade às eleições, em que há sempre muito para se dizer, mas porque o limite de tempo não me permite mais, fico-me dizendo, que depois de os ver e ouvir, ainda não compreendo como é que ainda há quem acredite em líderes como Nunos Santos, Montenegros, Venturas, Mortáguas, Catarinas, Sousas, Rebelos de Sousa, Albuquerque, Isaltinos ou Benjamins, etc.

Eu sei que não consigo alcançar os conhecimentos destes sobredotados, no entanto, consigo ser livre para não concordar e dizer que estou precisamente farto deles.

Precisamos de quem governe para a Nação!

E no seguimento deste raciocínio, e porque nunca acreditei no anterior Presidente da Câmara, pergunto ao Presidente Guilherme Emilio, em quem acredito, que nos diga qual o destino dos pavilhões que a Câmara Municipal comprou para servir o IPCA, que agora estão sem utilização e que representam mais de um milhão de euros.

Já fiz esta pergunta noutra altura, penso ser o momento para esclarecer.

Muito obrigado!"-----

Interveio depois o Sr. Deputado Municipal, Ilídio Rodrigues, do Grupo Político do PS, tendo referido:

"Exmos.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhores secretários,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Senhores Presidentes de Junta,

estimado público,

comunicação social.

Tinha um ponto prévio que era uma Moção de Pesar pelo falecimento da sua Santidade Papa Francisco, mas, entretanto, já foi referenciado pelos oradores que me antecederam, e por isso vou avançar. Vou fazer uma reflexão sobre o apagão de 28 de abril.

Há 2 dias Portugal foi afetado por um apagão elétrico de grande escala, um evento raro, mas que revelou fragilidades reais na nossa infraestrutura energética e nos demais sistemas de comunicação, tanto nacionais como locais. Em Esposende, tal como noutras regiões, a falha de energia teve impactos significativos em áreas críticas, como a saúde, a segurança, a proteção social e funcionamento dos serviços essenciais.

Em primeiro lugar, queremos reconhecer o esforço de todos os profissionais envolvidos nas respostas à situação, trabalhadores da Câmara Municipal, Proteção Civil, Bombeiros Voluntários de Esposende e de Fão, GNR, profissionais dos hospitais e Centros de Saúde de Esposende, Fão e Forjães, Cruz Vermelha das Marinhas, Esposende Solidário, IPSS do Concelho, Lar residencial da Santa Casa da Misericórdia, Lar de Santo António de Forjães, Esposende Ambiente, Cooperativa Agrícola, entre outros. Contudo, este episódio exige mais do que agradecimentos e impõe reflexão e ação, levantamos por isso as seguintes questões:

- comunicação de crise: para quando a criação em Esposende de um protocolo Municipal de comunicação pública de emergência que garanta informação fiável e contínua em situações

críticas, por exemplo, via rádios regionais;

- segundo energia de emergência para setores críticos: que medidas pensa o executivo implementar para assegurar que os serviços essenciais, GNR, Centros de Saúde, Lares, IPSS disponha de fontes de energia de emergência e sistemas de redundância. Como se evitará no futuro a disputa de aluguer de geradores entre entidades públicas e privadas.

Dado que tenho que concluir, não posso dizer mais, do que aquilo que tinha previsto, por isso, gostava de terminar com uma pergunta sobre outra urgência estrutural no concelho.

Qual é o ponto da situação das 91 habitações prometidas no âmbito do programa Primeiro direito anunciado em agosto, pela Câmara Municipal. A ausência de habitação pública acessível continua a ser um problema grave.

Qual a previsão concreta de execução?

Muito obrigado.” -----

Interveio depois o Sr. Deputado Municipal Francisco Melo, do Grupo Político do CDS-PP, fazendo a intervenção política que se transcreve:

“Exmos.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhores Presidentes de Junta,

Senhores Deputados Municipais,

Esposendenses aqui presentes,

Sete de setembro de 2024 ficou marcado no território nacional, como o dia da vergonha. Na cadeia de alta segurança de Vale dos Judeus, cinco dos mais perigosos condenados do país, conseguiram, em plena luz do dia, evadir-se da prisão. Nesse dia, ficou visível o desleixo, a facilidade, irresponsabilidade e a falta de comando que fere o nosso sistema prisional.

Catorze de abril de 2025 fica marcado em Esposende, como o dia da vergonha. Em plena luz do dia, na principal artéria da cidade de Esposende, a mesma que serve os Paços do Concelho, a Ourivesaria Chavães, foi alvo de assalto, horas depois de uma tentativa frustrada para o mesmo fim, e semanas depois de, na mesma rua, outra Ourivesaria ter também sido assaltada.

Na última sessão desta Assembleia Municipal, o Grupo Político do CDS, chamou a atenção para os problemas de segurança e aumento de criminalidade que começam a ser correntes no nosso concelho. E aqui abro um parêntese para sublinhar a total ausência de referência a este tema, que tanto preocupa os esposendenses, por parte do PSD na intervenção há pouco escutada.

Regressando ao tema, portanto vale a pena então atentar a resposta que foi prestada na última assembleia por parte do senhor Presidente da Câmara e passo a citar: “relativamente à GNR os contactos são regulares e frequentes, nas últimas duas semanas reunimos por duas vezes com o senhor Comandante Distrital Coronel Carlos Morgado”.

Senhor Presidente da Câmara, com total honestidade, esses contactos não se têm traduzido em resultados práticos, não se vê nenhum reforço de patrulhamento ou de agentes.

Prosseguindo a citação: “as nossas preocupações são as preocupações das pessoas e por isso, naturalmente que quando as sentimos, de imediato tentamos fazer a nossa parte, pressionando, conversando com quem de direito, para que se possa minimizar o impacto dessas

preocupações, é isso que estamos a fazer, é isso que vamos continuar a fazer”, fim de citação. Senhor Presidente, com o devido respeito, são generalidades bem-intencionadas que poderiam ser repetidas num discurso de Miss Mundo, os esposendenses em matéria de segurança, precisam neste momento de respostas concretas, não de palavras eloquentes.

Mudando de assunto, senhor Presidente da Câmara, a transparência do funcionamento e governação das regiões e municípios de Portugal, é um dos pilares fundamentais do poder local. Corporizando esta premissa fundamental, é importante pois, que todas as decisões estejam devidamente fundamentadas e sejam devidamente informadas. Nesse enquadramento, traz-nos aqui nesta sessão, o caminho que dá acesso a uma superfície comercial de Esposende, o MercAtlas, caminho agora denominado como Avenida da Lagoa. Chegou ao nosso conhecimento que, em 2021, um particular questionou a Câmara Municipal se tal caminho era do domínio público ou privado, tendo a Divisão de Gestão Urbanística da Câmara, informado que, por um lado, parte desse arruamento fora executado em caminho público, por outro lado, que não fora formalizada qualquer cedência ao domínio público, do espaço ocupado pelo arruamento. Volvido pouco mais de um ano, o Município em edital, determinou cadastrar tal arruamento como outra via e caminho público. Nesse sentido, a bem da desejada transparência e para se evitar qualquer incerteza, risco, ou juízo negativo, gostaríamos, pois, senhor Presidente, de ser esclarecidos sobre qual foi o fundamento, qual foi o documento, que motivou o Município a alterar radicalmente a sua apreciação sobre o dito arruamento. Isto é, de em 2021 considerar que parte desse arruamento fora executado em caminho público e depois, em 2022, cadastrar o mesmo na sua totalidade, como caminho público.

Por último senhor Presidente da Câmara, a Câmara goza da fama e do proveito de não atender a solicitações de reuniões, temos conhecimento que há um Sindicato, o SISTERP que tem insistido por uma reunião com V. Exa, não tendo até ao momento obtido qualquer resposta. É um Sindicato de representa vários trabalhadores do Município e portanto, que merece uma resposta.

Obrigado!”-----

Por último, voltou a pedir a palavra o Sr. Deputado Municipal António José Morgado, do Grupo Político do PPD-PSD, tendo referido:

“Apenas e só para me referir à intervenção do Professor Domingos, do Partido Socialista, dizer-lhe que concordo consigo, para se falar de crítica com classe, como disse, é necessário mesmo ter-se muita classe, não basta vestir bem. E o Partido Socialista antes de pôr em causa a dignidade e o carácter do Senhor Primeiro-Ministro, tem que naturalmente, olhar para o próprio umbigo, afinal não é o senhor líder do seu Partido que está a ser investigado, pergunto.

Senhor Deputado, julgo que quanto a esta questão, de ter ou não classe no momento da crítica, estamos de facto conversados.”-----

Pelas 21 horas e 30 minutos, pelo Senhor Presidente da Mesa foi proposto suspender os trabalhos por 5 minutos para conferência de líderes, a fim de discutirem os votos apresentados.-

Pelas 21 horas e 40 minutos foram retomados os trabalhos, tendo-se procedido à votação dos votos e das recomendações, tendo-se obtido os seguintes resultados:

1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PAPA FRANCISCO.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PAPA FRANCISCO, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E SUBSCRITO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS E INDEPENDENTES.-----

2 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. MIGUEL BENTO MARTINS DA COSTA DE MACEDO E SILVA.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. MIGUEL BENTO MARTINS DA COSTA DE MACEDO E SILVA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, SUBSCRITO PELO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E PELO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA.-----

MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.---

3 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CELESTINO CUBELO MORAIS.---

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CELESTINO CUBELO MORAIS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E SUBSCRITO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS E INDEPENDENTES.-----

MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA E À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FÃO.-----

Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal Francisco Melo, do Grupo Político do CDS-PP, que apresentou em nome do Grupo Político do CDS-PP, as condolências ao Grupo Político do PPD-PSD pela perda de um dos membros da sua bancada política.-----

4 - RECOMENDAÇÃO “TRIBUTO AO SENHOR PROFESSOR MANUEL RIBEIRO”.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PS, COM VISTA A QUE ESTE ILUSTRE ESPOSENDENSE SEJA LEMBRADO ETERNAMENTE ATRAVÉS DE ALGUM ACONTECIMENTO DESPORTIVO, ALGUM ESPAÇO COM O SEU ESPÓLIO E AS SUAS MEMÓRIAS, ALGUMA RUA, INSTALAÇÃO DESPORTIVA, TROFÉU DESPORTIVO E OUTROS, QUE MEMORIZEM O SEU NOME E O SEU BELO E SACRIFICADO EXEMPLO.-----

5 - RECOMENDAÇÃO “ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL À EMPRESA TÊXTIL ETFOR”.-----



A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PS, COM VISTA À ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL A ESTA PRESTIGIADA EMPRESA, A ENTREGAR NO DIA DO MUNICÍPIO.-----

6-RECOMENDAÇÃO “LIGAÇÕES DAS OPERADORAS DE TELECOMUNICAÇÕES AOS CLIENTES POR VIA SUBTERRÂNEA”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, COM VISTA À DISPENSA DE MAIOR ATENÇÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO PARA A FORMA COMO É FEITA A LIGAÇÃO DAS OPERADORAS DE TELECOMUNICAÇÕES AOS PONTOS DE CONSUMO/CLIENTES, PROPONDO QUE AS MESMAS SEJAM FEITAS POR VIA SUBTERRÂNEA.-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“As empresas de telecomunicações já se vêm obrigadas a soterrar, se houver infraestruturas para tal, se não houver têm que o fazer por via aérea.”-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:_____

Terminadas as votações dos votos e das recomendações apresentadas, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e também para a sua intervenção política, uma vez que, não havia pedidos de esclarecimento relativamente à Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

*“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Excelentíssimas Senhoras e Senhores Vereadores,
Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta,
Público presente,*

A todos vós, deixo uma palavra de agradecimento e de reconhecimento por se juntarem a nós e por quererem participar desta sessão que discute assuntos relevantes da vida de todos nós. Muito obrigado e uma boa noite a todos.

Começo a minha intervenção por naturalmente, em nome do Executivo Municipal, acompanhar os votos de pesar hoje apresentados, dizendo, que também em reunião do executivo Municipal, aprovamos os votos de pesar pelo falecimento de tão ilustres figuras.

O nosso Celestino Cubelo de Moraes, membro desta Assembleia Municipal e que aqui deu, mais uma vez, provas do seu compromisso com a sua freguesia e com o nosso concelho, dedicando-se de forma altruísta e abnegada ao serviço da comunidade.

O Dr. Miguel Macedo, merece também uma referência especial, por tudo aquilo que fez ao

serviço no distrito de Braga e do país enquanto ativo dirigente político, Deputado da Assembleia da República e membro de vários governos.

Permitam-me também, destacar o Papa Francisco, por tudo o que representou para todos nós, e pela mensagem de fé e de esperança que sempre transmitiu na defesa da paz e dos mais necessitados. A sua humildade e sentido de missão, será para sempre um exemplo na história da humanidade.

Aproveitando ainda a proximidade à comemoração do 25 de abril, dizer-vos, que apesar do período de luto nacional que se viveu durante essa data, o Município de Esposende, não quis deixar de assinalar publicamente, esta importante data da vida do nosso país.

Sendo eu um filho da democracia, tendo nascido já depois de 1974, jamais poderei deixar de reconhecer e agradecer, a todos aqueles que de forma corajosa e determinada, decidiram pôr fim a um regime autocrático e permitir que hoje possamos estar aqui em total democracia, a construir um país mais justo, para todos, e onde todos, tenham os mesmos direitos.

Esta é uma obrigação de todos e no que de mim depender, tudo farei para continuarmos a honrar, a lembrar e a celebrar, a conquista da Liberdade.

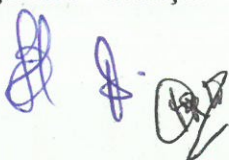
Dito isto, gostaria de partilhar tal como tenho feito, aquele que tem sido o trabalho do Executivo Municipal, desde a última Assembleia Municipal.

Ao longo de cerca de dois meses, mantivemos um ritmo de trabalho assinalável, continuando a investir no desenvolvimento do nosso território, e no apoio às freguesias e às instituições do concelho, conforme me comprometi fazer, quando assumi estas funções.

Se os projetos estruturantes se encontram em tramitação, para que as empreitadas sejam lançadas, as políticas de proximidade que temos vindo a pôr em prática, continuam a impactar de forma considerável, naquilo que são, as respostas a dar, às necessidades das Juntas de Freguesia e das instituições concelhias. Neste particular, nunca é demais relembrar que em apenas 2 meses, aprovamos apoios às juntas de freguesia, para todo um conjunto de obras e de equipamentos, que implicaram um valor global de investimento direto, na vida das pessoas, de mais de quinhentos e oitenta mil euros. Destes apoios, destacaria além das sempre necessárias obras de requalificação de vias, a obra do alargamento do Cemitério de Apúlia, totalmente financiado pelo município e cujo montante se fixa em cento e cinquenta mil euros. Mas também, as obras de requalificação da sede da junta de Palmeira de Faro, no montante de setenta mil euros, ou a segunda fase das obras de requalificação do Complexo Desportivo do Antas Futebol Clube, em cerca de cento e cinquenta mil euros.

No apoio às instituições, dizer, que também não abrandamos o ritmo, numa lógica de equidade, temos implementado uma política de apoios progressiva e alicerçada nas necessidades verificadas em cada uma das instituições, um pouco por todo o concelho.

Conseguimos assim, ajudar a resolver problemas e necessidades atuais, mas também, algumas mais antigas, e em apenas 2 meses, desde a última Assembleia Municipal, conseguimos financiar ajudas às pessoas, através das instituições, sejam IPSS, associações culturais, sociais ou desportivas, atribuindo mais de setecentos e dez mil euros em apoios. Um valor, onde se incluem os Contratos Programa com os clubes desportivos do concelho, que este ano foram revistos, para assegurar mais e melhores condições aos clubes desportivos. Uma estratégia, que só tem sido possível, fruto da boa gestão financeira, que temos feito dos recursos do nosso município, e que nos tem conduzido a excelentes resultados na execução orçamental, conforme mais adiante terei oportunidade de referir, na apresentação do Relatório de Contas. Mas como dizia no início, o ritmo da transformação do território, é acelerado e por isso, nestes 2 meses que passaram desde a última Assembleia Municipal, conseguimos avançar com mais dois projetos relevantes para o concelho. Falo da



requalificação do Museu Municipal, cujo montante da obra se fixa em 1,1 milhões de euros e as obras de ampliação da rede de saneamento básico e melhoramento da rede de águas pluviais, a executar nas freguesias de Gandra e Antas, no montante de cerca de quatrocentos mil euros. Projetos que totalizam um valor global de um milhão e meio de euros e, por isso, senhoras e senhores deputados, senhores presidentes de junta, desde a última Assembleia Municipal, decidimos investimentos para a melhoria da vida no nosso território, mas acima de tudo, da melhoria da qualidade de vida das nossas gentes.

Esta tem sido a nossa marca, este tem sido o nosso foco, investir nas pessoas, porque ao fazê-lo, estamos a investir no território, estamos a investir no futuro, fomentando a coesão por todas as freguesias do concelho.

*Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhores Presidentes de Junta,*

Feito este ponto de situação, dizer-vos, que este ritmo de desenvolvimento, é para continuar. Esta é de facto, a marca desta gestão Municipal, desde há muitos anos.

A marca da mudança e do desenvolvimento, porque as mudanças não acontecem só porque se apregoam, as mudanças fazem-se todos os dias, e sempre com os olhos postos no futuro. E é isso que temos feito em cada decisão que tomamos, mudamos o nosso concelho e mudamos a vida das pessoas, para melhor.

Respondendo às questões dos senhores Deputados Municipais, permitir que, em algumas das situações, uma vez que os temas são os mesmos, a segurança e o apagão, eu possa concentrar as respostas de uma só vez. Mas acima de tudo, ao Senhor Deputado Domingos Carvalho, agradecer a palavra e o reconhecimento, daquele que foi o apoio dado ao Forjães Sport Club, e que, eu gostaria de especificar, no projeto futebol para todos, um projeto para crianças com necessidades especiais, que efetivamente, faz a diferença, e é isso que o município também faz junto das instituições, junto dos clubes, faz a diferença, ajuda a que a diferença aconteça no nosso concelho, em cada uma das nossas freguesias, obrigado pelo seu registo.

Percebi também da sua intervenção, que é contra o apoio dado ao Grupo Associativo de Divulgação Tradicional de Forjães, fica o registo, não fazia ideia.

Relativamente à questão da segurança e do apagão, se me permitir, juntaria nas demais intervenções.

Senhor Deputado Marcelino Cunha, dar-lhe nota que, relativamente à questão que levantou dos pavilhões, não são pavilhões, é um pavilhão, e esse pavilhão será utilizado para acomodar serviços municipais. Estamos a falar, que será utilizado para acomodar o serviço municipal de Proteção Civil, cujo projeto está concluído, foi submetido para financiamento, aguardarmos pela resposta, para podermos avançar com a intervenção. Será ocupado para armazenamento de algum acervo de equipamentos e materiais arqueológicos, pela Divisão de Cultura e Património e, será ainda, utilizado pela Divisão de Conservação e Manutenção.

O espaço será fisicamente dividido, para que possa acomodar todas estas divisões, e possa permitir que os serviços municipais possam instalar-se, libertando outros espaços e dando maior dignidade, não só aos trabalhadores municipais, mas também, à preservação daquele que é o nosso espólio arqueológico e que deverá ser guardado com as devidas condições.

Senhor Deputado Ilídio, dar-lhe nota que estamos a aguardar pelo financiamento, não desistimos deste processo, queremos muito que o financiamento venha com a máxima urgência, para podermos avançar com a construção das casas, tal como é nosso compromisso.

Senhor Deputado Francisco Melo, dar-lhe nota que não tenho a mínima pretensão de ser Miss Mundo, mas subscrevo cada uma das palavras que disse na minha intervenção.

Fico triste, mas isso sou eu, é, pelo aproveitamento populista e político, do uso de expressões como vergonha, para caracterizar a Guarda Nacional Republicana. Porque ao questionarmos a segurança do nosso concelho, ao usarmos este tipo de terminologia, estamos de facto a desconsiderar aqueles que, têm por obrigação e por missão, proteger-nos. Eu afasto-me completamente deste tipo de argumentário e de classificação.

Relativamente à questão que refere do processo do caminho do MercAtlas, segundo sei, trata-se de uma condição de licenciamento e, por isso, aquele é um caminho público, que foi cedido no âmbito da operação de licenciamento, e é por nós considerado um caminho público.

Há um litígio entre particulares, o processo está a correr, sei que foram já dados passos e foram já tomadas decisões relativamente a esse processo, não lhe consigo dizer quais são, teria que consultar os serviços jurídicos.

Relativamente à questão do atendimento, não sei qual é a fama a que se refere, deve-se ter enganado ou no Município, ou na pessoa, porque em Esposende, nós atendemos todas as pessoas. Eu, e a equipa do executivo municipal e, por isso, deduzo que aconteça com a sua agenda também, com a sua vida profissional, sempre que é possível marcar as reuniões nós marcamos, atendemos as pessoas e falamos com elas, por isso não o acompanho também nessa fama, porque eu desconheço.

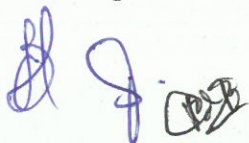
Relativamente às duas questões que foram amplamente divulgadas, transmitirei todas as informações.

Relativamente à questão da Segurança, claro que é uma preocupação para todos, claro que a preocupação com a segurança, deve unir todos, deve juntar todos, para que se encontrem mais e melhores soluções. E aquilo que quero fazer, afastando-me completamente da outra caracterização, é o contrário, é elogiar o trabalho da Guarda Nacional Republicana.

É elogiar o trabalho daqueles que têm por missão, proteger-nos. Tendo consciência das fortes limitações que têm, quer em termos de recursos humanos, quer em termos de equipamentos, e dizer-lhes que, nós estamos sempre presentes para apoiá-los também naquilo que é, a melhoria das suas condições em termos de recursos físicos e de equipamentos. E dizer-lhe também, que está agendada para a próxima sexta-feira, dia 2 de maio, às 11h30, uma reunião com o Comando Distrital da GNR, com o Comando territorial de Esposende, com a Proteção Civil, para juntos, porque é assim que tem que ser, avaliarmos as soluções que o município tem estado a ponderar e a considerar, propor também à Guarda Nacional Republicana, para que possamos perceber da sua viabilidade e obviamente que, parte dessas soluções passará pelo reforço de efetivos, é uma pressão que fazemos de forma constante junto do Comando Distrital e vamos continuar a fazer.

Mas há outras soluções que também vamos apresentar. E assim que essas soluções estejam devidamente validadas, que exista forma de as podermos implementar, disso daremos nota, para que toda a população do concelho de Esposende perceba, o empenho, a determinação e a vontade, que o município tem, em apoiar a Guarda Nacional Republicana, em criar condições para garantir uma maior, melhor e mais eficaz segurança do nosso território. Que é assim, na minha opinião, que as coisas devem ser feitas, com quem de direito, não é nas redes sociais, não é criticando tudo e todos, é agindo, em conformidade com as instituições.

Relativamente à questão do apagão da última segunda-feira, dizer-vos que, aquilo que fizemos, num curto espaço de tempo, decidindo com determinação, e com ação e coragem, acho eu, teve um resultado de facto, verdadeiramente eficaz no nosso concelho. E dizer-vos que, em muito pouco tempo, em espaço de poucas horas, nós garantimos o apoio técnico



imediatamente, aos hospitais de Esposende e de Fão, para segurar o funcionamento dos seus geradores e para que fosse garantida a prestação dos cuidados de saúde. Tivemos técnicos no local, para garantir que os geradores estavam a funcionar, houve inclusive problemas técnicos e os nossos técnicos estiveram lá a apoiar na resolução desses problemas. Fruto da inoperacionalidade da central de comunicações dos Bombeiros Voluntários de Fão, avançamos de imediato com a instalação do sistema de comunicações por satélite, que o município de Esposende adquiriu há 2 meses atrás. Num investimento que se veio provar muito rapidamente, bastante pertinente e bastante útil, no apoio à comunidade. E com isto, conseguimos restabelecer as comunicações dos Bombeiros Voluntários de Fão e introduzi-los no circuito de Emergência e Proteção Civil. Avançamos com a instalação de alimentação elétrica por gerador, no posto da Guarda Nacional Republicana e, com isto, conseguimos assegurar a operacionalidade das forças policiais. Avançamos com a instalação de fonte de energia por via de gerador, na Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Marinhãs, assegurando assim, a operacionalidade de mais um agente de proteção civil, a acompanhar-nos neste processo. Avançamos com a instalação de fonte de energia por gerador, no Centro de Saúde de Esposende, garantindo as condições de refrigeração que eram necessárias para manter as vacinas, quer do Centro de Saúde de Esposende, quer do Centro de Saúde de Fão e de Forjães, e nós conseguimos, através da criação desta fonte de energia garantir essa refrigeração das vacinas.

Garantimos autonomia no acesso aos combustíveis, conseguimos por via da instalação de fonte de energia, na Cooperativa Agrícola de Esposende, a quem aproveito para agradecer, criar condições para estabilizar todo o combustível que estava lá instalado no posto de abastecimento, gasolina e gasóleo, para ficar exclusivamente ao serviço, dos serviços de segurança, serviços de emergência e proteção civil e, para alimentar os geradores que estavam a dar apoio às unidades de saúde e, às entidades de segurança e proteção civil.

Avançamos com a instalação de energia elétrica, por via de gerador, no posto de armazenamento de bens alimentares da Esposende Solidário e com isto garantimos, com o apoio suplementar da Loja Social e da Cruz Vermelha de Marinhãs, bens alimentares para apoio às IPSS, em caso de necessidade.

Fizemos essa triagem, esse acompanhamento junto das IPSS, para monitorizar as necessidades, nomeadamente em termos de saúde e em termos alimentares.

Asseguramos o abastecimento do gerador do Lar de Santo António em Forjães, que estava a funcionar, mas não tinha combustível, fomos nós que asseguramos esse combustível. Tal como instalamos um gerador suplementar, no Lar Residencial da Santa Casa da Misericórdia de Esposende, para apoio à gestão de alguns equipamentos que são utilizados para as necessidades da população idosa aí fixada.

Garantimos as reservas de água para consumo no concelho de Esposende, estabelecemos contacto com as IPSS como vos disse, e fizemos também, depois de estabilizado o funcionamento em termos de saúde, de segurança, de emergência e de proteção civil, em sala de crise, com todos, um comunicado à comunidade, apelando à tranquilidade e ao comportamento responsável de todos.

Dito isto, queria partilhar de forma muito honesta, num espaço de poucas horas, conseguimos estabilizar a situação em termos de saúde, de segurança, e de emergência. Mesmo sob condições de ausência de eletricidade, de comunicações, fomos ágeis na tomada de decisão, e isso deu-nos vantagem, deu-nos capacidade de proteger a nossa população, de assegurar as condições essenciais no acesso à saúde, na garantia da proteção do nosso território e das nossas gentes, e dos serviços de emergência.

Um trabalho que me obriga, a fazer aqui também, nesta Assembleia, um justo e merecido reconhecimento ao Executivo Municipal, que esteve presente em todos os momentos, colocando as suas áreas funcionais em total disponibilidade, para podermos dar uma resposta ágil. Ao serviço municipal de Proteção Civil, às Corporações de Bombeiros Voluntários de Esposende e de Fão, à Cruz Vermelha de Marinhãs, à GNR, à Cooperativa Agrícola de Esposende, aos colaboradores municipais e, às IPSS do concelho.

A todos, eu quero deixar o meu Muito Obrigado!

Mas antes de terminar e porque o exercício de funções públicas exige seriedade e responsabilidade, quero deixar também uma palavra de apreço e de reconhecimento ao arquiteto Pedro Leite, Presidente dos Órgãos Concelhios do Partido Socialista e aqui presente.

O arquiteto Pedro Leite, ao contrário de outros, que muito apregoam a sua disponibilidade para trabalharem em prol do concelho de Esposende, mas que ficam pela conversa, estabeleceu contacto comigo, disponibilizou-se para ajudar, mostrando a sua solidariedade, pelo que estávamos a fazer, em prol das pessoas do nosso concelho.

Esta atitude merece o meu reconhecimento, porque de facto, mais do que os interesses pessoais ou políticos de alguns, o que está em causa são os interesse das pessoas do concelho de Esposende.

Este é o nosso compromisso, o de melhorar a vida das pessoas e dele não nos desviaremos por um minuto.

Muito obrigado.”-----

02 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

De acordo com o número um do artigo quadragésimo terceiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado três inscrições:

O Presidente da Mesa deu a palavra ao primeiro inscrito, Senhor Gil Fernandes, que em síntese disse:

“Boa noite a todos!

Vou direto ao assunto, no dia 27 de dezembro de 2024, vi uma notícia no site da Câmara Municipal de Esposende, que à partida seria uma boa notícia e é, para algumas pessoas, no entanto, rapidamente fiquei com algum desagrado, mas só para contextualizar eu vou ler uma pequena parte da notícia: “Empreitada de requalificação da Rua 13 de maio e arruamentos adjacentes”.

Eu na altura, no próprio dia, enviei um e-mail, para a Junta de Freguesia de Palmeira e para vários e-mails da Câmara Municipal, e o meu e-mail começava com uma pequena correção também a esta notícia, porque não é requalificação da Rua 13 de maio, é requalificação de parte, da Rua 13 de maio.

Eu infelizmente ou felizmente, depende da perspetiva, vivo na parte que não está abrangida por esta requalificação e, então, para demonstrar este tal desagrado, decidi tirar uma carrada de fotografias, que enviei nesse mesmo e-mail.

Para juntar então ao meu desagrado, estamos no dia 30 de abril e não obtive qualquer resposta, nem da Câmara, nem da Junta de Freguesia.

Muito obrigado.”-----

De seguida, o Presidente da Mesa deu a palavra ao segundo inscrito, Sr. Manuel Carvoeiro, que em síntese disse:

síntese disse:

*“Boa noite Senhor Presidente da Assembleia,
Boa noite Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Deputados Municipais,
Senhores Vereadores,
Público presente.*

Eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que informação atualizada está em condições de me prestar, sobre a escultura, monumento à liberdade e sobre o painel pictórico, a pintura que existiam na Escola Secundária Henrique Medina.

Senhor Presidente da Câmara, eu peço-lhe enquanto cidadão e no exercício de um direito de cidadania e de um dever também de cidadania, que não permita em circunstância alguma, o desvirtuamento destas obras de arte.

Quero com isto dizer que, a reposição destas obras, que são património do concelho, não deve acontecer de forma adulterada. Caso não existam as obras originais, então que se façam réplicas fiéis, respeitando a sua autenticidade.

No fundo e em jeito de apelo e de alerta, o que se pede é que estas obras sejam repostas na sua integralidade e que nenhum argumento, de nenhuma natureza, como por exemplo, eventuais custos inerentes à recolocação destas obras de arte, sirvam para desvirtuar as mesmas.

Também Senhor Presidente, creio que não se admite e me acompanhará neste pensamento, que tais obras sejam colocadas em sítios recônditos, algures na escola, sítios escondidos, mas sim, exige-se que estas obras, sejam colocadas nos sítios iniciais, no lugar que é o seu, nos lugares para os quais foram pensadas. Eu estou em crer, Senhor Presidente da Câmara, que V. Exa, as Senhoras e os Senhores Vereadores, as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais, farão tudo para que este património que é um património de todos, seja respeitado, seja respeitada a memória dos professores, seus autores, de todos aqueles que intervieram na conceção destas obras de arte.

Eu creio Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Assembleia, todos que estão aqui presentes, que este é um dever e um imperativo de todos, especialmente dos órgãos municipais, Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

Estou em crer que vamos todos conseguir repor estas obras na sua integralidade.

Muito obrigado.”-----

Por último o Presidente da Mesa deu a palavra à terceira inscrita, Sr.ª Ánia Peixoto, que em síntese disse:

“Muito boa noite a todos!

O meu nome é Ánia Peixoto, sou membro da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão.

Senhor Presidente da Câmara, ao longo deste mandato vimos uma série de pedidos à Câmara Municipal, de apoios monetários extraordinários, por parte da junta de freguesia de Apúlia e Fão, a serem atendidos pela Câmara Municipal. Ainda em dezembro por exemplo, foram concedidos trinta mil euros a esta junta. Ora, a Câmara ainda que queira garantir, a independência e autonomia do órgão, que é a Junta de Freguesia, uma vez que transfere e bem, dinheiro para as freguesias, estes tais apoios extraordinários, deverá fiscalizar até certo

ponto a gestão do erário público nessas juntas. Não faz sentido transferir dinheiro, sem saber se as exigências legais, a que a junta está vinculada, estão a ser cumpridas.

Portanto, eu vim informar que a Junta de Freguesia nunca me pagou, nem a mim, nem a qualquer outro membro da Assembleia de Freguesia, as senhas de presença devidas de qualquer sessão de Assembleia deste mandato.

Insistimos ao longo destes anos, para nos pagarem o devido, dado até que o dinheiro é transferido pela DGAL como sabem, para este fim, mas pasmem-se, a resposta do Senhor Presidente da Junta, Valdemar Faria é, “esperem sentados não vos vamos pagar”.

Isto é literal, está em ata.

Ontem nós tivemos novamente sessão da Assembleia de Freguesia, eu voltei a levar o assunto e foi-nos informado que, em reunião do executivo, o Presidente da Junta, voltou a admitir, não nos quer pagar as devidas senhas de presença, contra a vontade dos restantes membros do executivo.

Senhor Presidente da Câmara, sabia que os membros da Assembleia da Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão, não recebem as senhas de presença desde o início do mandato?

Questiono ainda o que é que tenciona fazer perante esta informação.

Novamente sei bem que são entidades diferentes, com a sua autonomia, mas julgo que é necessário a Câmara Municipal intervir neste particular, dado que intervém em muitas outras situações também.

Muito obrigada.”-----

Pediu a palavra para defesa da honra, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão, Valdemar Faria, tendo referido:

“Muito boa noite a todos.

Respondendo muito rapidamente, eu nunca disse, podem escrever o que quiserem, eu nunca disse que não pagava, aliás, a minha vida ao longo de três anos e meio, tem sido pagar. Pagar dívidas à Segurança Social, pagar empréstimos ao banco, que me deixaram, pagar um autocarro que mandaram vir, cujo procedimento concursal ainda poderia dar muito que falar, mas o autocarro acabou de ser pago em fevereiro.

Portanto, o que eu tenho dito, é que vou por prioridades, e estas são as prioridades, inclusive a dívida à Segurança Social, onde o anterior executivo não fez os descontos, penso que de dois ou três meses, dos funcionários e, mediante todas estas urgências, com certeza que eu irei pagar, e conto pagar e quero pagar, porque eu sou um homem pagador, não tenho é uma máquina para fazer dinheiro, como é evidente.

Portanto, não estivesse a Junta de Freguesia praticamente em falência financeira e até técnica, e estaria tudo pago. E mais, se a oposição aceitasse a transferência de competências a 27 de dezembro de 2024, onde atiraram literalmente quarenta e seis mil euros por água abaixo e tudo estaria pago, e o saldo da junta neste momento até era bem favorável, e estava tudo pago.

Muito obrigado.”-----

De seguida, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu as intervenções, tendo esclarecido o público, nos seguintes termos:

“Muito boa noite a todos e a todas mais uma vez.

Senhor Gil Fernandes, queria com toda a humildade, no que diz respeito à ausência de resposta, se ela efetivamente não aconteceu, reconhecer essa falha, porque é assim que as

coisas devem ser, com humildade, quando falhamos, temos que reconhecer e devíamos ter respondido e se não respondemos, estamos em falha. Por isso, aceite as minhas desculpas.

Relativamente à intervenção a fazer, de facto ela vai acontecer, na Rua 13 de maio, num investimento de 1.3 milhões de euros, para requalificação e ampliação da rede de saneamento, abastecimento de água, pavimentação, numa intervenção que vai ser efetivamente muito importante para a Freguesia.

Já demos passos, para prolongar um pouco mais para o lado de Gemeses, a criação de um pequeno troço, de requalificação da rede de abastecimento e pavimentação, porque de facto verificamos que existe uma questão de segurança rodoviária, que está posta em causa e, por isso, já demos passos firmes, para estimar o custo, e agora, estamos em fase de execução do projeto, para podermos intervir.

Não será uma intervenção profunda até ao final da rua, será uma parte do início desse troço para o lado de Gemeses.

Professor Manuel Carvoeiro, relativamente a este assunto, que já veio várias vezes a esta Assembleia Municipal, dar-lhe nota que sim, tenho informação atualizada, como sabe já, e, dar nota que, relativamente às peças que fala, uma, a escultura, está parte dela guardada na Escola Secundária Henrique Medina, sendo que a outra parte, que é uma estrutura de pilares em betão, foi demolida aquando da empreitada. E relativamente ao painel, percebe-se agora, que ele afinal não é em azulejos como dizia, estava pintado na parede e obviamente, que em função da intervenção que foi feita, não há como recortar uma parede e preservar essa parede.

Com a anuência de todos os intervenientes, a Câmara Municipal, a Escola, a DGest, foi aprovado o projeto de arquitetura e licenciada a execução daquela obra, que obviamente, tinha a necessidade de demolir aquela parede.

O que é que, estou em condições de lhe dizer, sim, nós tudo faremos para repor aquelas obras, mas dizer-lhe que, mais do que a questão financeira que aduziu, mais do que o envolvimento de todas as pessoas que falou, o Presidente da Câmara, o Executivo Municipal, a Assembleia Municipal, há também uma parte muito importante que acho que se esqueceu de dizer, que é a comunidade escolar, o Senhor Diretor, os Senhores Professores, os alunos, os colaboradores, eles também têm que ser envolvidos no processo, porque é a escola onde eles trabalham também. E por isso, tudo faremos na medida do possível, e assim o permitam os próximos meses, perceber, como é que vamos conseguir fazer uma réplica, porque será uma réplica, daquele painel e em plena articulação com a escola, saber onde vamos colocar essa réplica. E, relativamente à questão da escultura, sim, vamos ter de assumir a execução dos pilares, para que depois possamos repor a estrutura no local. E por isso, tudo faremos, não vou assumir um compromisso aqui, porque não gosto de assumir compromissos que não possa cumprir, é um defeito meu, só gosto de assumir compromissos que possa cumprir, não vou assumir um prazo, mas tudo farei para sermos diligentes na reposição deste património, como diz.

Relativamente à Dra. Ánia Peixoto, disse bem, independência e autonomia e não compete ao Município, nem tem o Município esses poderes, de fiscalização relativamente à aplicação das verbas das autarquias locais, das autarquias de freguesia. E por isso, respondendo de forma muito clara à sua questão, se sabia, sabia, não sabia de quanto tempo, não fazia ideia, mas estou absolutamente convencido que entre todos, chegarão a um entendimento e conseguirão resolver esse problema.

Muito obrigado.-----

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

03.01 – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE - ANO DE 2024, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO .-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de abril de 2025, foi presente na sessão, para aprovação, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Esposende referente ao Ano de 2024, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

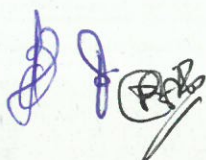
Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 23 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD-PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E, DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, E 6 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DO CDS-PP E DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2024, DO QUAL FAZEM PARTE OS SEGUINTE DOCUMENTOS: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2024 E RESPECTIVOS ANEXOS (CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE, BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA, DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO, MAPA DE EMPRÉSTIMOS, DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL, DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA, DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA, DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP), DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL (PAM), DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI), ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA, ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA, ALTERAÇÕES AO PPI, TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS RECEBIDOS – RECEITA, TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS – DESPESA, DTAS – DÍVIDAS A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS, OPERAÇÕES DE TESOURARIA, ENCARGOS CONTRATUAIS, SITUAÇÃO DOS CONTRATOS, ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO), BEM COMO, APROVAR A PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.-----

Pelo Grupo Político do PS, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“Mantendo-se o mesmo paradigma dos Relatórios de Gestão e Prestação de Contas do Município de Esposende, o Grupo Político do PS mantém também a mesma intenção de voto dos anos anteriores, que é Votar Contra”.-----



Pelo Grupo Político do CDS-PP, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“O CDS vota contra porquanto as contas do exercício revelam uma taxa de execução aquém da orçamentada, no que constitui um clássico do Executivo deste mandato, passando pela incapacidade de, ao fim de quatro anos (!), não se ter ainda conseguido completar a inventariação e avaliação do património do Município, o que é inaceitável.

Por outro lado, as contas, em matéria de receita, continuam muito apoiadas na taxa de participação no IRS, valor que é retirado aos contribuintes esposendenses e do qual, como abundantemente o Grupo Municipal do CDS vem propondo, o Município poderia abdicar, no todo ou em parte, compensando, por exemplo, com uma taxa de IMI diferenciada, distinguindo entre residentes permanentes no concelho de Esposende, que aqui fazem vida e consomem, e residentes secundários, de resto, em linha como fazem muitos municípios pelo país fora.”-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“Votamos favoravelmente o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Esposende, porquanto:

Relativamente à Prestação de Contas referentes ao ano de 2024, os resultados alcançados, comprovam a eficácia da política seguida pelo executivo.

Com uma taxa de execução da receita superior a 96% e da despesa acima dos 81%, e com uma execução do PPI de 72%, mesmo enfrentando os entraves burocráticos dos fundos do PRR, os resultados falam por si.

A boa gestão levada a cabo pelo executivo, permitiu também que do lado da capacidade máxima de endividamento, no final do 2024, o valor absoluto ascendeu a cerca de 29,5 milhões de euros, o que revela um aumento significativo comparativamente ao ano de 2023, cujo valor ascendia a cerca de 26 milhões de euros.

Por isso, estes valores refletem com bem o rigor e o compromisso deste executivo com a gestão feita dos dinheiros públicos, permitindo, uma vez mais manter sólida a sustentabilidade do município do ponto de vista financeiro.

Por tudo isto, votamos favoravelmente.”-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“Se eu olhasse só para a execução orçamental, sobretudo no que diz respeito às despesas de capital, já estaria mais agrada, porque realmente subimos de 55 para 71, ou 72 e, por aí, eu estava quase a abster-me na aprovação das contas e é de saudar esta parte positiva. No entanto, mantêm-se aqui três questões que são o foco da minha atenção, sobretudo uma delas, que certamente é também o foco dos munícipes e que tem a ver com a retenção do IRS. Percebe-se claramente que houve aqui um aumento da participação que passou de 1,8 para 2 milhões de euros, quase duzentos mil euros a mais, e se o município dispensasse 50% deste valor, como percebemos pelas contas gerais, pouco ou nada afetava a sua execução orçamental, e era um milhão de euros que era colocado na economia local, que certamente iria promover outras dinâmicas. E, para além desta questão, há outras duas e que são referidas pelo Revisor Oficial de Contas, que têm a ver com os bens imóveis, a sua inventariação e a valorização dos mesmos, que não está totalmente finalizada e, todos anos é recorrente esta nota, no que diz respeito ao Revisor Oficial de Contas. E depois, o tema da Polis Litoral que, desta vez até o Revisor diz que se havia de resolver isto em 2025. Portanto, são estes três milhões que andam aqui a bailar na Polis, que de alguma forma, não estão depois subscritos em bens, em direitos e obrigações resultantes da partilha que deveria ter

acontecido.

São estas três notas que justificam o meu voto contra estas contas, espero que seja entendido isto como uma justificação para este voto, saudando a execução orçamental das despesas de capital, que na verdade é um dos objetivos que nos deve mover para que sejam executadas aquelas obras que são propostas aquando da campanha eleitoral e aquando das candidaturas.”-----

03.02 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO NÃO AGRÍCOLA DA RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN) DA ÁREA NECESSÁRIA À REQUALIFICAÇÃO DA MARGEM ESQUERDA DO RIO NEIVA, NA ZONA DO “ZÉ DO RIO”, EM FORJÃES, AO ABRIGO DA ALÍNEA K) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 27 de março de 2025, foi presente na sessão para aprovação, a proposta da Câmara Municipal de declaração de reconhecimento de interesse público municipal, para autorização de utilização não agrícola da reserva agrícola nacional (RAN) da área necessária à requalificação da margem esquerda do rio Neiva, na zona do “Zé do Rio”, em Forjães. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo o Deputado Domingos Carvalho proposto que fosse contactado o arquiteto Vitor Mogadouro e fosse agendada uma reunião, para ouvirem outras sugestões, por forma a melhorar o estudo prévio, questionando ainda, para quando a execução da obra, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu prontamente.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, E ASSIM, RECONHECER E DECLARAR O INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO NÃO AGRÍCOLA DA RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN) DA ÁREA NECESSÁRIA À REQUALIFICAÇÃO DA MARGEM ESQUERDA DO RIO NEIVA, NA ZONA DO “ZÉ DO RIO”, EM FORJÃES, AO ABRIGO DA ALÍNEA K) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUALIZADA, FACE AO ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NO ARTIGO 12.º DA PORTARIA Nº 162/2011, DE 18 DE ABRIL – ANEXO I, NA SUA REDAÇÃO ATUAL.-----

03.03 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO APOIO DE PRAIA DE CEPÃES, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA AL. P) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de abril de 2025, foi presente na sessão, o programa de procedimento e o caderno de encargos para Concessão do Direito de Exploração do Apoio de Praia de Cepães, para autorizar a Câmara Municipal a celebrar o respetivo contrato de concessão e, a fixar as respetivas condições gerais. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo o Deputado Domingos Carvalho questionado como deveria ser apresentada a proposta, ao que o Vereador Sérgio Mano, depois de devidamente autorizado pelo Senhor Presidente da Câmara respondeu prontamente.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA FORMAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO PARA “EXPLORAÇÃO DO APOIO DE PRAIA DE CEPÃES”, VISTO SER CUMPRIDO O ESTIPULADO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 ARTIGO 34.º, CONJUGADO COM O N.º 2 DO ARTIGO 474.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 29 DE JANEIRO, BEM COMO, APROVAR AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DO CONCURSO PÚBLICO DE CONCESSÃO, NOMEADAMENTE, PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 40.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS.-----

MAIS DELIBEROU, AUTORIZAR A DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO, COM A COMPOSIÇÃO A SEGUIR INDICADA, NOS TERMOS DO ARTIGO 67.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS:

- PRESIDENTE: ELSA MANUELA RAMIRES E SÁ;
- VOGAIS: PAULA MARLENE PEREIRA LIMA; CUSTÓDIA MANUELA VILELA DE MAGALHÃES;
- SUPLENTE: CARLA RAQUEL BASTO LEITE; ARMANDO LUÍS LOPES MARTINS.--
DELIBEROU AINDA, DESIGNAR COMO GESTOR DE CONTRATO CARLA RAQUEL BASTO LEITE, NOS TERMOS DO N.º 1 DO ARTIGO 290.º-A DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS E AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL, A CELEBRAR O CONTRATO DE CONCESSÃO PARA “EXPLORAÇÃO DO APOIO DE PRAIA DE CEPÃES” E A FIXAR AS RESPETIVAS CONDIÇÕES GERAIS, AO ABRIGO DA ALÍNEA P) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

03.04 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SUSPENSÃO E ALTERAÇÃO DO PUZIE – PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE ESPOSENDE, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA AL. B) DO N.º 1 DO ARTIGO 126.º DO RJGT, CONJUGADO COM A ALÍNEA H) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de abril de 2025, foi presente na sessão para aprovação, a proposta da Câmara Municipal

para Suspensão e Alteração do Puzie – Plano de Urbanização da Zona Industrial de Esposende. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo o Deputado Municipal Francisco Melo questionado, se poderia ser alargado o prazo para participação preventiva de 15 dias úteis, para 30 dias úteis, pese embora a norma plasmada previsse esse prazo mínimo, o que, visto tratar-se de um documento estruturante, que teria que ser maturado, lhe parecia manifestamente insuficiente, ao qual o Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos devidos.-----

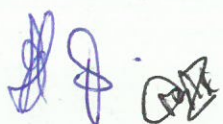
Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 23 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD-PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E, DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, 3 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, E 3 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, APROVAR PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, E ASSIM, CONSIDERAR OPORTUNA A ALTERAÇÃO DO PUZIE E A AMPLIAÇÃO DA SUA ÁREA DE INTERVENÇÃO, CONFORME OS LIMITES DEFINIDOS EM PLANTA ANEXA À PROPOSTA, A REALIZAR NOS TERMOS DO ARTIGO 76.º DO RJGT, POR REMISSÃO DO N.º 1 DO ARTIGO 119.º DAQUELE DIPLOMA;

ESTABELECE MEDIDAS PREVENTIVAS, PARA A ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PUZIE, NOS TERMOS DOS N.ºS 1 E 2 DO ARTIGO 134.º DO RJGT, DESTINADAS A EVITAR A ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS E DAS CONDIÇÕES DE FACTO EXISTENTES QUE POSSAM LIMITAR A LIBERDADE DE PLANEAMENTO OU COMPROMETER OU TORNAR MAIS ONEROSA A EXECUÇÃO DO PLANO, PARA EFEITOS DA SUA APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, APÓS A OBTENÇÃO DO PARECER DA CCDR-N PREVISTO NO N.º 1 DO ARTIGO 138.º DO RJGT, COM A CONSEQUENTE SUSPENSÃO DO PLANO; DE SALIENTAR, QUE A ALTERAÇÃO REALIZADA NAS MEDIDAS PREVENTIVAS ATUALMENTE EM APREÇO FOI REALIZADA NA SEQUÊNCIA DESTE PARECER DA CCDR-N, DE MODO A INCORPORAR E SANAR A APARENTE CONTRADIÇÃO ENTRE O ARTIGO 1º E O ARTIGO 3º DAS ANTERIORES MEDIDAS PREVENTIVAS;

DEFINIR OS SEGUINTE TERMOS DE REFERÊNCIA E OBJETIVOS:

- ALTERAÇÃO DOS LIMITES DO PLANO DE FORMA A INCLUIR A TOTALIDADE DA ÁREA INTEGRADA EM ESPAÇO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS NA PROPOSTA DA 2ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESPOSENDE;
- REFORMULAÇÃO DA ESTRUTURA URBANA DEFINIDA E DO ZONAMENTO DAS ÁREAS NÃO OCUPADAS;
- REVISÃO DO NORMATIVO COM VISTA À COMPATIBILIZAÇÃO DO PLANO COM OS CONCEITOS TÉCNICOS ATUAIS E AUMENTAR A SUA FLEXIBILIDADE.
- ADAPTAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO PLANO AO QUADRO LEGAL EM VIGOR À DATA DA SUA APROVAÇÃO, TENDO EM CONTA A ALTERAÇÃO AO RJGT AGORA EM VIGOR;



FIXAR EM DOIS ANOS O PRAZO PARA A ELABORAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO PUZIE, INCLUINDO OS PERÍODOS NECESSÁRIOS AOS PROCEDIMENTOS SUBSEQUENTES LEGALMENTE ESTABELECIDOS, DESIGNADAMENTE PARA DISCUSSÃO PÚBLICA, PONDERAÇÃO DOS RESPECTIVOS RESULTADOS, APROVAÇÃO E PUBLICAÇÃO;

ISENTAR DE AAE A PRESENTE ALTERAÇÃO;

REVOGAR, DE ACORDO COM ESTE NOVO PROCEDIMENTO, A DELIBERAÇÃO, DEL 02.02.01, TOMADA EM REUNIÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL EM 5 DE SETEMBRO DE 2024;

PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 88.º DO RJGT, ESTABELECE UM PRAZO DE 15 DIAS ÚTEIS, A CONTAR DO DIA SEGUINTE AO DA PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA, PARA A PARTICIPAÇÃO PREVENTIVA COM VISTA À FORMULAÇÃO DE SUGESTÕES E PARA A APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE QUAISQUER QUESTÕES QUE DEVAM SER CONSIDERADAS NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO.-----

AS SUGESTÕES OU OBSERVAÇÕES REFERIDAS NO PONTO ANTERIOR SERÃO PRESTADAS JUNTO DO SERVIÇO DE PLANEAMENTO E INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL, NAS HORAS NORMAIS DE EXPEDIENTE, OU VIA ELETRÓNICA, CONFORME AS INDICAÇÕES DISPONIBILIZADAS NA PÁGINA ELETRÓNICA DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“Vou-me abster neste ponto, sobretudo por continuar a ter dúvidas, há ali duas zonas, uma a nascente, depois de um eixo viário e uma a sul, também depois de um eixo viário, que é a variante, que me parecem inadequadas para este propósito. Claro que isto tem diversos pareceres, um dos pareceres refere claramente isso, estamos a levar uma zona industrial para uma parte urbana ou urbanizável e não me parece bem, e daí a minha abstenção no que diz respeito a este ponto.”-----

Pelo Grupo Político do PS, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“O Grupo Político do PS Vota Contra, em função das muitas dúvidas que o documento suscita.”-----

03.05 - PARA CONHECIMENTO:

03.05.01 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO NO ANO DE 2024, NOS TERMOS DA ALÍNEA H) DO N.º 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, CONJUGADO COM O N.º 2 DO ARTIGO 10º DA LEI Nº 24/98, DE 26 DE MAIO.---

03.05.02 – RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA ANUAL DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – A 31 DE DEZEMBRO DE 2024, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ARTIGO 77º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, REPUBLICADA PELA LEI 51/2018, DE 16 DE AGOSTO.-----



03.05.03 - RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO E DO ARTIGO 54º DO DECRETO-LEI Nº 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO:

. EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM:

- RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024.-----
- PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS (2025).-----
- RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO.-----

. ESPOSENDE 2000 – ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM:

- RELATÓRIO E CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2024.-----
- RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO.-----
- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA 2024.-----
- RELATÓRIO DO NÚMERO DE TRABALHADORES DESAGREGADO POR MODALIDADE DE VINCULAÇÃO - 2024.-----

De harmonia com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal, foram presentes na sessão, para conhecimento, Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2024, Relatório do Auditor Externo de informação sobre a situação económica e financeira anual do Município de Esposende, Relatório e Contas do exercício de 2024, Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (2025) e Relatório de Boas Práticas de Governo Societário da empresa municipal EAmb - Esposende Ambiente, EM, bem como, Relatório e Contas do exercício de 2024, Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, Relatório de execução do Contrato-Programa 2024 e Relatório do número de trabalhadores desagregado por modalidade de vinculação - 2024, da empresa municipal Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Deputado Municipal Francisco Melo ,foram feitas algumas observações relativamente ao Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, no ano de 2024, bem como, lamentou o facto de não ter havido abertura para que houvesse cooperação na altura da elaboração do Orçamento Municipal, uma vez que, a oposição também representava os esposendenses. Sugeriu que o próximo executivo se sentasse à mesa com os partidos da oposição na altura da elaboração do Orçamento, recolhesse opiniões, apresentasse as suas medidas e desse espaço à crítica construtiva, para depois então, apresentar o documento final, o que seria uma forma valorosa de exercer a democracia. Pelo Senhor Presidente da Câmara foram prestados os esclarecimentos devidos.-----

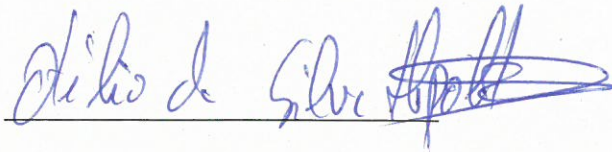
A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo

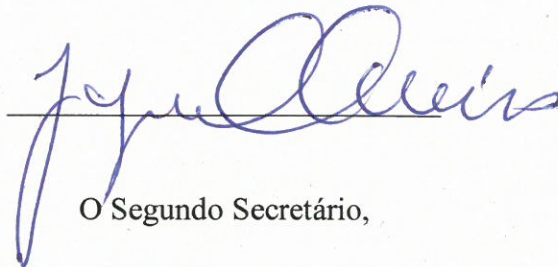
aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 22 horas e 55 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



A Primeira Secretária,



O Segundo Secretário,

